

Aprendendo com as duras lições da crise

Joseph E. Stiglitz *

Por mais de um ano, a crise econômica mundial, que começou na Tailândia em julho do ano passado e se espalhou rapidamente pelo Leste Asiático, e depois para a Rússia e América Latina, dominou a economia mundial. Somente alguns países escaparam da crise incólumes. Em apenas poucos meses, alguns países passaram de expansão robusta para recessão profunda. As consequências sociais desse acentuado declínio já estão visíveis: crianças abandonando a escola, milhões de pessoas regredindo para a pobreza ou enfrentando situação desesperadora e saúde pior.

Infelizmente, a crise confundiu a maioria dos especialistas em prognóstico econômico. Mesmo hoje, ninguém consegue prever por quanto tempo a crise vai durar ou a que intensidade chegará. Mas em meio a essa grande incerteza, é importante percebermos para onde marcha a economia mundial, o que levou à conjuntura atual e o que podemos fazer para melhorar nossa atual perspectiva e tornar menos provável outra calamidade mundial desse tipo.

Um novo relatório do Banco Mundial esforça-se em dar tais informações vitais. "As perspectivas econômicas mundiais e os países em

desenvolvimento 1998/99" dissecou a anatomia da crise asiática e, ao mesmo tempo, avalia as perspectivas de curto e longo prazos da economia mundial na esteira da mesma. Como o relatório frisa, não há unanimidade sobre muitas das questões fundamentais relacionadas com a crise. Mas o relatório constitui um passo a mais na compreensão da natureza da crise, ao analisar a reação mundial, servindo dessa maneira como guia sobre o que é possível fazer para tornar as crises menos frequentes e dolorosas no futuro. Crises como essa são especialmente onerosas e penosas para os pobres do mundo.

Um retrato atual da economia mundial mostra uma situação econômica dramaticamente diferente

A situação atual da economia do mundo é dramaticamente diferente da de apenas um ano atrás

do quadro de apenas um ano atrás. O que começou como uma desaceleração econômica regional se transformou em uma crise mundial. Os países em desenvolvimento foram os mais afetados. Seu crescimento per capita deverá desacelerar neste ano para 0,4%, comparado com 3,2% no ano passado. Em 1998, os 36 países que são responsáveis por mais de 40% do PIB do mundo em

desenvolvimento e mais de 25% de sua população deverão registrar crescimento per capita negativo. Em comparação, em 1997 a renda per capita declinou em apenas 21 países que responderam por 10% do PIB do mundo em desenvolvimento e 7% de sua população.

Como foi que o Leste Asiático, região de expansão econômica milagrosa durante as últimas três décadas,

acabou no olho de um furacão econômico de tão grandes proporções? Não há culpado único para as crises que atingem a região. A situação econômica, em alguns aspectos, diferia acentuadamente de país para país. Mas o informe *Global Economic Prospects* (Perspectivas da Economia Mundial) conclui que as origens da crise residem, fundamentalmente, na interação entre fraquezas institucionais no gerenciamento da liberalização financeira interna e as imperfeições do mercado internacional de capitais.

Ao contrário das crises da dívida externa que abalaram a América Latina nos anos 80, a crise do Leste Asiático não se caracteriza por excessivos empréstimos de países, ou severos desequilíbrios macroeconômicos. Apesar de a atual crise estar sendo muito mais difícil de corrigir, ela nos ensinou que o papel principal das políticas fiscal e monetária



em futuras crises financeiras deve ser o de fortalecer a demanda, expandir a previdência social, recapitalizar os bancos e reestruturar a dívida das empresas. A previdência social, em particular, precisa ser um componente central da política governamental como resposta à crise. Políticas excessivamente contractionistas, em economias afligidas por empresas muito endividadadas, levam a elevados índices de falência, tornando mais difíceis as tarefas de reestruturação de empresas e do setor financeiro e a restauração da confiança das empresas.

A crise no Leste Asiático revelou como é difícil para os países em desenvolvimento administrar enormes fluxos privados sem experiência adequada com as salvaguardas regulamentadoras e institucionais necessárias para evitar crises. Para lidar com os riscos apresentados por grandes fluxos de capital, especialmente significativos quando os sistemas financeiros são frágeis, o relatório sugere que as reformas precisam ser abrangentes e incluir uma combinação de políticas macroeconômicas mais flexíveis, controle financeiro mais rigoroso e, onde for necessário, restrições a ingressos de capitais. A liberalização do setor financeiro, que pode aumentar bastante o risco de crises, precisa ser acompanhada por supervisão regulamentadora rígida. Em cada caso, precisamos pesar os benefícios e os custos das reformas propostas, seu impacto sobre o crescimento, a estabilidade e a pobreza.

Enquanto a mescla de reformas de política varia conforme as circunstâncias específicas de cada país, a proteção social precisa estar no centro de todas as respostas políticas. Infelizmente, os países mais pobres não deverão desenvolver sistemas previdenciários robustos no futuro imediato. Temos visto a devastação que as crises financeiras podem causar às vidas e à subsistência de milhões de espectadores inocentes. A pobreza está aumentando, desfazendo o lento progresso das últimas três décadas. Só na Indonésia e na Tailândia, o número de pessoas que regrediram à pobreza em 1998 pode chegar a 25 milhões. Para os pobres em países que não contam com um sistema previdenciário adequado, a crise tem provocado consequências devastadoras.

Mesmo assim, há motivo para otimismo. Apesar de 1999 poder ser outro ano de crescimento lento em países em desenvolvimento, essa situação poderá melhorar em 2000 e nos anos seguintes. Autoridades econômicas anunciaram recentemente uma série de passos bem-vindos destinados a promover a recuperação econômica mundial a médio prazo. Esses passos incluem redução das taxas de juro nos Estados Unidos e na Europa, um pacote de incentivos fiscais e revitalização financeira no Japão, acordo sobre

um pacote fiscal e uma linha de crédito preventiva no Brasil e um programa de ajuda de US\$ 30 bilhões liderado pelos japoneses na Ásia.

Os acontecimentos durante o último ano podem anunciar um novo

A previdência social, em particular, tem de ser um componente central da política do governo como resposta à crise

ambiente mais realista e estável para os países em desenvolvimento. Agora temos uma compreensão melhor da infraestrutura institucional neces-

sária para fazer as economias de mercado funcionarem. A comunidade internacional está realmente se dedicando a melhorar a arquitetura financeira internacional — de uma melhor legislação regendo as falências, e uma maior disposição para aceitar impasses e arranjos que venham a ensejar uma partilha mais equitativa de ônus, até uma maior receptividade a intervenções destinadas a estabilizar fluxos de capital, um maior reconhecimento da necessidade de respostas adaptadas às circunstâncias de cada país, protegendo aqueles mais vulneráveis. Esse aperfeiçoamento das instituições internas e da arquitetura financeira internacional permitirá a um maior número de países desfrutarem mais dos benefícios — e minimizarem os perigos bastante óbvios — da economia global. ■

* Vice-presidente sênior e economista-chefe do Banco Mundial em Washington.